

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.539.912 - SC (2019/0198849-4)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**INTERES. : JOSÉ LUIZ FREITAS DE CASTRO**  
**ADVOGADOS : JOAO ANTONIO PINTO DE MORAES - RS023860**  
**JULIO CEZAR COITINHO JUNIOR - RS058835**  
**DALTRO SCHETTER - RS062469**  
**INTERES. : INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ADVOGADO : GERALDO STELIO MARTINS E OUTRO(S) - SC007398**  
**INTERES. : ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PROCURADOR : CÉLIA IRACI DA CUNHA E OUTRO(S) - SC022774**  
**INTERES. : UNIÃO**  
**INTERES. : AGENCIA NACIONAL DE MINERACAO**  
**INTERES. : ENGIE BRASIL ENERGIA S.A**  
**ADVOGADOS : PRISCILA LEITE ALVES PINTO - SC012203**  
**ANDRE DA SILVA ANDRINO DE OLIVEIRA - SC016131**  
**INTERES. : COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO**  
**ADVOGADOS : LUIZ CARLOS DE ASSIS GOES - SC003868**  
**CARLOS ALBERTO DE ASSIS GOES - SC005624**  
**PAULO HENRIQUE DE ASSIS GOES - SC006903**  
**TITO LÍVIO DE ASSIS GOES - SC003280**  
**INTERES. : MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA**  
**PROCURADOR : ANDER LUIZ WARMLING E OUTRO(S) - SC019233**  
**INTERES. : MUNICÍPIO DE CRICIÚMA**  
**PROCURADOR : ANA CRISTINA SOARES FLORES YOUSSEF E OUTRO(S) - SC018896B**  
**INTERES. : CARBONÍFERA CRICIÚMA S/A**  
**INTERES. : WOLFGANG FRIEDRICH**  
**INTERES. : ALFREDO FLÁVIO GAZZOLLA**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

## EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. RAZÕES DO AGRADO QUE NÃO IMPUGNAM, ESPECIFICAMENTE, TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE NÃO ADMITIU O RECURSO ESPECIAL. ART. 932, III, DO CPC/2015 E SÚMULA 182/STJ, POR ANALOGIA. AGRADO INTERNO NÃO PROVIDO.

I. Agrado interno aviado contra decisão que julgou recurso interposto contra **decisum** que inadmitira Recurso Especial, publicado na vigência do CPC/2015.

# *Superior Tribunal de Justiça*

II. Incumbe ao agravante infirmar, especificamente, todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o Recurso Especial, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o processamento do apelo nobre, sob pena de não ser conhecido o Agravo (art. 932, III, do CPC vigente). Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 704.988/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/09/2015; EDcl no AREsp 741.509/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 16/09/2015; AgInt no AREsp 888.667/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 18/10/2016; AgInt no AREsp 895.205/PB, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/10/2016; AgInt no AREsp 800.320/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/10/2016; EAREsp 701.404/SC, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, DJe de 30/11/2018; EAREsp 831.326/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, DJe de 30/11/2018; EAREsp 746.775/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, DJe de 30/11/2018.

III. No caso, por simples cotejo entre o decidido e as razões do Agravo em Recurso Especial verifica-se a ausência de impugnação específica de todos os fundamentos da decisão que, em 2º Grau, inadmitira o Especial, o que atrai a aplicação do disposto no art. 932, III, do CPC/2015 – vigente à época da publicação da decisão então agravada e da interposição do recurso –, que faculta ao Relator "não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida", bem como do teor da Súmula 182 do Superior Tribunal de Justiça, por analogia.

IV. Agravo interno improvido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Francisco Falcão, Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019(data do julgamento).

**MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
Relatora